

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.605 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2002

Suplicy: fim do foro privilegiado seria um avanço contra a corrupção

O senador Eduardo Suplicy expressou preocupação com a permanência, na Constituição, do foro privilegiado para julgamento de gestores públicos por improbidade administrativa. Acabar com isso, disse ele, significaria um avanço no combate à corrupção.

PÁGINA 5

Novo salário mínimo pode ser definido só em 2003

PT propõe que Congresso reserve no Orçamento um fundo social de R\$ 6,8 bi, permitindo a Lula tomar a decisão no início do próximo ano

O Partido dos Trabalhadores propôs ontem, em reunião do Comitê de Receitas do Orçamento de 2003, a reserva de um fundo social de cerca de R\$ 6,8 bilhões para financiar o aumento do salário mínimo, projetos sociais e emendas parlamentares. Com isso, a decisão sobre o novo

valor do mínimo seria tomada pelo futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, apenas no início do próximo ano. O relator do Orçamento, senador Sérgio Machado, concordou, em princípio, com a proposta, que será agora submetida a todos os partidos.

PÁGINA 3

Patrocínio pede recursos para financiar a educação infantil

A proposta de emenda constitucional que destina recursos do salário-educação para o ensino infantil pode atenuar a precariedade nessa área, afirma o senador Carlos Patrocínio.

PÁGINA 4

Senado comemora aniversário da independência do Líbano

Os senadores homenagearam ontem a República do Líbano, no transcurso dos 59 anos de sua independência, ressaltando a luta pela reconstrução do país e a presença libanesa no Brasil. Lindberg Cury lamentou, entretanto, que o povo libanês permaneça “oprimido pelos interesses de países que não compartilham sua história ou seus valores”.

PÁGINA 8

Sessão em homenagem ao Líbano, presidida por Ramez Tebet, teve a presença do embaixador libanês e outras autoridades



Fotos: José Cruz



Representantes indígenas reclamam da atuação de ONGs

Em depoimento à CPI que investiga a ação de organizações não-governamentais (ONGs), representantes de três associações indígenas denunciaram tentativas de isolar os índios, prejudicando seus interesses. A comissão deve encerrar os trabalhos até 15 de dezembro.

PÁGINA 7

Senadores Bello Parga e Mozarildo Cavalcanti com os representantes indígenas que prestaram depoimento à CPI das ONGs

BALANÇO

Plenário vota MPs e começa a examinar reforma do Judiciário

O Senado votou nesta semana cinco medidas provisórias (MPs) que obstruíam a pauta. Na quarta-feira, foi rejeitado requerimento que adiava a votação da proposta de reforma do Judiciário para o dia 13 de dezembro. Com isso, o Plenário decidiu iniciar na próxima semana o exame de 114 emendas que foram apresentadas ao texto do relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Cabral salientou que a discussão, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da proposta de emenda constitucional que institui a reforma foi pautada por intensos debates, dos quais participaram membros dos tribunais superiores, juristas e representantes de entidades da área do direito. Também destacou que não faltou tolerância da relatoria em relação à necessidade de os senadores analisarem o conteúdo da matéria. Por outro lado, o senador Tião Viana (PT-AC) chamou atenção para a importância da re-

forma, ao sugerir que houvesse mais tempo para uma deliberação do Plenário.

BANCO DO BRASIL
Uma das medidas provisórias que travavam a pauta do Senado é a que permite à União vender as ações que excedam o mínimo necessário para a manutenção do controle acionário do Banco do Brasil. A MP, aprovada na terça-feira, possibilita a oferta de 16,5% do capital do banco. A medida atende a norma da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que exige pelo menos 25% das ações de uma empresa em circulação para que participe dos negócios na instituição.

Na quarta-feira, os senadores votaram mais quatro MPs. Foi aprovada a medida que destina os recursos existentes no Tesouro Nacional, no encerramento do



Um das medidas provisórias que bloqueavam a pauta do Senado permite à União vender ações do BB que excedam o mínimo necessário para controle acionário da instituição

exercício de 2001, para a amortização da dívida pública. Os senadores também acolheram alterações propostas a duas outras medidas provisórias: a que dispõe sobre a responsabilidade da União perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra e a que regula a proteção contra o uso comercial de resultados de testes para regis-

tros de produtos farmacêuticos. Devido às modificações, os dois textos retornam à Câmara dos Deputados. As demais foram à promulgação.

Por fim, os senadores rejeitaram a medida provisória que permitiria levar a leilão madeira ilegalmente explorada e destinava o produto da venda a órgãos ambientais.

Temas polêmicos dominaram os debates nas comissões

Os trabalhos das comissões do Senado na semana foram marcados por audiências públicas sobre temas polêmicos como a posição brasileira frente a uma possível guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, a situação financeira da Varig e a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) na Amazônia. Foram também aprovados projetos importantes, como o que institui o Programa Permanente de Combate à Seca (Proseca) e o que estabelece diretrizes para ações da União com vistas à diminuição das desigualdades regionais.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião conjunta com a comissão congênera da Câmara dos Deputados, ouviu o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, reafirmar a posição brasileira em relação ao iminente conflito entre Estados Unidos e Iraque. Segundo ele, o governo brasileiro só admite o uso de força militar após o esgotamento das negociações diplomáticas, e com respaldo do Conselho de Segurança da ONU.

A CRE aprovou requerimento de seu presidente, senador Jefferson Péres (PDT-AM), convidando

os delegados aposentados da Polícia Federal José Roberto Benedito Pereira, Artur Lobo Filho e Luiz Zubcov a prestar esclarecimentos sobre atuação clandestina da Central Intelligence Agency (CIA) no Brasil, conforme denúncia da revista *IstoÉ*.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) a projeto da Câmara que institui o Programa Permanente de Combate à Seca.

A CCJ também aprovou substitutivo do senador Osmar Dias

(PDT-PR) a proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Paulo Hartung (PSB-ES) que extingue os terrenos de marinha e acrescidos.

Nesta semana foi aprovado ainda o relatório final, apresentado pelo senador Waldeck Ornéas (PFL-BA), sobre os trabalhos da comissão especial incumbida de acompanhar o projeto de revitalização do Rio São Francisco. A Comissão de Fiscalização e Controle acolheu parecer do senador Jefferson Péres favorável a relatório do Tribunal de Contas da União sobre sua atuação.

Projeto de Tebet denomina Tuiuiú prédio do TRE-MS

A Comissão de Educação (CE) decidirá terminativamente sobre projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que dá o nome de Palácio Tuiuiú ao prédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. O próprio presidente do TRE-MS, desembargador Rubens Bergonzi Bossay, encaminhou a sugestão ao Congresso destacando a importância da proposição.

Tebet explicou que o TRE vem empreendendo uma ampla reestruturação, com o objetivo de abrigar o aparato tecnológico exigido pelo atual processo eleitoral. Foram construídas novas instalações correspondentes às novas atividades e à ampliação do quadro funcional.

Para esse novo prédio, o Tribunal Regional Eleitoral sugere a designação de Palácio Tuiuiú, em pertinente e oportuna alusão à ave símbolo de Mato Grosso do Sul, proposta endossada pelo Congresso Nacional, por intermédio do presente projeto de lei – afirmou o senador.



Proposta de Ramez Tebet teve origem em sugestão encaminhada pelo presidente do tribunal

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Decisão sobre mínimo pode ficar para 2003

Proposta do Partido dos Trabalhadores, apresentada à Comissão de Orçamento, prevê fundo de R\$ 6,8 bilhões para financiar elevação do salário, projetos sociais e emendas de parlamentares no próximo ano

O Partido dos Trabalhadores (PT) propôs oficialmente ontem, durante reunião do Comitê de Receitas do Orçamento de 2003, que o aumento do salário mínimo só seja decidido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do próximo ano. Assim, o Congresso reservaria um fundo social de R\$ 6,8 bilhões do Orçamento, os quais seriam usados tanto para financiar as emendas dos parlamentares ao Orçamento quanto para as demandas do novo governo na elevação do salário mínimo e financiamento de projetos sociais.

A proposta foi apresentada pelo líder do PT na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Jorge Bittar (RJ). O relator do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), concordou em princípio com a medida, a qual será submetida até o início da próxima semana a todos os partidos políticos. Nos últimos dias, pelo menos

dois partidos vêm insistindo para que o Congresso decida já, na discussão do Orçamento de 2003, sobre qual será o aumento do salário mínimo a partir de abril próximo. PFL e PSDB defendem um reajuste de 20%, passando os atuais R\$ 200 para R\$ 240.

FUNDO SOCIAL

O dinheiro do novo fundo social sairá da reestimativa da arrecadação prevista para o ano que vem, realizada pelo Comitê de Receitas, tendo por base um aumento da inflação neste segundo semestre, que gera crescimento de recursos. Os estudos prevêem um aumento de R\$ 16,7 bilhões nas receitas tributárias de 2003, as quais subiriam de R\$ 309,44 bilhões (proposta do Executivo) para R\$ 326,14 bilhões.

O comitê chegou à conclusão de que o novo fundo deverá receber R\$ 6,8 bilhões da reestimativa. O valor poderá passar de R\$

8 bilhões, desde que o Congresso aprove a manutenção da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física (que cairá para 25% em 1º de janeiro) e concorde com uma elevação na Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide), cobrada sobre os combustíveis. O relator irá sugerir também a aprovação de um projeto, já em tramitação na Câmara, que institui a cobrança de INSS por parte das cooperativas de trabalho.

— Quem vai decidir sobre essa reserva de dinheiro para as emendas e para a área social são os deputados e senadores da Comissão de Orçamento — informou o relator-geral Sérgio Machado.

Estudos do Congresso mos-



José Cruz

Sérgio Machado, relator-geral do Orçamento, é favorável ao adiamento da decisão

tram que, para elevar o salário mínimo em abril para R\$ 230, serão necessários mais R\$ 2,4 bilhões (pagamento de abril a dezembro de 2003), porque um reajuste para R\$ 211 já está garantido na proposta enviada pelo

Executivo aos parlamentares. Para aumentar o mínimo para R\$ 240, a Previdência Social precisará de mais R\$ 3,7 bilhões, porque ela paga o salário mínimo a mais de 13 milhões de aposentados do INSS.

PSDB só vota reforço na receita com garantias de aumento para R\$ 240

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, disse ontem que a garantia de que o salário mínimo aumente para R\$ 240 é a “condição essencial” para o PSDB votar o parecer do Comitê de Avaliação de Receitas, que está sendo elaborado pelo relator-geral do Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE). O partido, segundo Jucá, também está vinculando outras decisões importantes para reforçar a receita orçamentária de 2003 a esse reajuste do mínimo.

O senador listou entre essas medidas o aumento do valor fixado para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) e a votação da medida provisória que mantém a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 9%. A receita obtida com a permanência do percentual da CSLL já foi considerada na proposta orçamentária enviada ao Congresso em agosto, pelo Executivo.

A posição do PSDB é explicada pelo vice-líder do governo como resultado das urnas, que “esco-

lheu um salário mínimo menos cauteloso quando elegeu o PT”. Lembrou que o candidato do atual governo, senador José Serra (PSDB-SP), derrotado nas eleições, foi “atacado” durante a disputa eleitoral pela proposta oficial de reajuste do mínimo para R\$ 211. “Já que o discurso vitorioso foi o que defendeu o novo mínimo de R\$ 240, nós estamos respeitando a vontade popular”, informou Romero Jucá.

ACORDO

O senador informou também que as negociações dentro do Comitê de Receitas, do qual faz parte, devem se encaminhar para um acordo com o PT sobre a alocação dos recursos que irão absorver o impacto do aumento salarial nas despesas do orçamento federal. O valor necessário para um piso de R\$ 240, estimado em R\$ 3,674 bilhões, deve ser incluído no orçamento da seguridade social como uma alternativa ao pleito do PT de



Rosevelt Pinheiro

Partido respeita vontade das urnas por um “salário menos cauteloso”, diz Jucá

alocação do dinheiro na rubrica de “reserva de contingência”, segundo Jucá.

Ele disse ainda que a posição do PT de não definir o aumento do mínimo de R\$ 240 é isolada. “O PT está sozinho nessas discussões do comitê”, afirmou. O vice-líder do governo acha que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) só terá condição de votar o parecer do Comitê de Receitas na próxima terça-feira.

Partilha de recursos extras para Orçamento pode mudar

O Congresso deverá ter no mínimo R\$ 6,8 bilhões para bancar as emendas dos parlamentares ao Orçamento e para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva possa usar em projetos sociais e no aumento do salário mínimo. A informação foi transmitida pelo relator-geral do Orçamento de 2003, senador Sérgio Machado, depois da última reunião do Comitê de Receitas do Orçamento, realizada ontem. O comitê aprovou nova divisão dos valores da reestimativa global das receitas orçamentárias, comparando-se com números divulgados no meio da semana. O valor da reestimativa geral continua em R\$ 16,7 bilhões. Os outros R\$ 9,9 bilhões serão redistribuídos entre estados e municípios (transferências constitucionais), gastos com saúde e educação e reserva para formação do superávit primário da União, acertado com o FMI.

A reestimativa tornou-se

possível pela atualização da inflação efetiva de janeiro a outubro e previsão para os meses de novembro e dezembro — a inflação real ficou 8 pontos percentuais acima da previsão usada no Orçamento (concluído em agosto).

A revisão na partilha dos valores foi modificada porque os técnicos do Congresso detectaram uma diferença entre a metodologia empregada pelo governo e a adotada pelo Comitê de Receitas para projetar o aumento do PIB. Segundo o senador Sérgio Machado, na nova verificação dos números percebeu-se que a estimativa dos técnicos do comitê não levou em conta a fórmula do governo, que corrige o PIB com uma ponderação de 75% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e de somente 25% do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI). O comitê havia baseado o seu cálculo no IGP-DI.

Patrocínio defende recursos extras para ensino infantil

Senador apóia proposta de Ricardo Santos que destina parte do salário-educação ao atendimento a crianças de até seis anos de idade

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) destacou, em Plenário, a importância da aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina à educação infantil parte dos recursos recolhidos pelas empresas a título de salário-educação. Atualmente, esses recursos são usados somente como fonte adicional de financiamento da educação fundamental. Ontem, transcorreu a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da matéria.

De acordo com o senador, essa proposição, de iniciativa do presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), pode ajudar a atenuar a precariedade no atendimento escolar a crianças na faixa de



Patrocínio: proposta constitui importante instrumento de apoio à educação infantil

zero a seis anos. Enquanto sobram vagas no ensino fundamental, afirmou Patrocínio, apenas 23,1% das crianças na primeira infância são atendidas pela rede pública de creches e pré-escola.

Uma em cada quatro famílias é chefiada por mulheres, que mui-

tas vezes não têm com quem deixar os filhos para ir trabalhar, observa Patrocínio. Além disso, ele destaca a importância do ensino nessa fase de vida da criança para o desenvolvimento de sua capacidade cognitiva e desempenho escolar.

Antes de declarar voto favorável à PEC, que volta à pauta na terça-feira, Patrocínio citou parte do parecer de Osmar Dias (PDT-PR) na Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ). Segundo comentou, Osmar Dias teria admitido que a aplicação do salário-educação não será suficiente para suprir o adequado funcionamento dos ensinos fundamental e infantil, mas se constituirá em um importante instrumento de apoio.

Ribeiro propõe estímulo a estado exportador

O senador Fernando Ribeiro (PMDB-PA) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que cria uma compensação financeira, com parte da receita do Imposto de Importação, para estados que produzirem saldo positivo na sua balança comercial com o exterior. A proposta esteve em pauta em quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno.

Fernando Ribeiro destacou sua intenção de melhorar a competitividade dos 18 estados cujas exportações superam as importações. Esse é o caso do Pará, que comercializa minérios, madeiras e outras matérias-primas com o Exterior. Segundo afirmou, se houvesse mais investimentos em infra-estrutura de transporte e divulgação, seu estado poderia



Fernando Ribeiro pretende criar compensação por saldo positivo na balança comercial com exterior

incrementar a pauta exportadora.

- Essa é a única possibilidade de os estados exportadores obterem alguma vantagem financeira pelo esforço de auferir superávits na balança comercial - afirmou.

Fernando Ribeiro deixou claro que sua proposta não cria tributo, não onera a produção e nem retira recursos de um estado em favor de outro.

A PEC estabelece que a União separe 20% da arrecadação do Imposto de Importação, que chegou a R\$ 9 bilhões em 2001, e faça o rateio dessa parcela entre os estados exportadores, de forma proporcional ao superávit obtido na balança comercial. Além de financiar melhorias na infra-estrutura exportadora, esses recursos poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de tecnologia e a divulgação da produção nacional em outros países.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) admitiu ter dissipado dúvidas sobre a viabilidade da proposta após a explicação de Fernando Ribeiro.

Ornélas quer incentivar preservação ambiental

Está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto estabelecendo que pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda devido, respectivamente, até 80% e 40% dos valores efetivamente doados a entidades sem fins lucrativos, para aplicação em projetos destinados a promover

o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. A proposta é de iniciativa do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Os projetos das entidades deverão ser acompanhados de planilhas de custos e submetidos ao ministério responsável pela

política nacional de meio ambiente e, para serem aprovados, deverão enquadrar-se nas diretrizes do Fundo Nacional do Meio Ambiente. É vedado o emprego da parcela incentivada das doações para remunerar membro de órgão dirigente das entidades executoras dos referidos projetos, de

Aprovado voto de pesar por vítimas de acidente em SE

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) de voto de profundo pesar pela morte de 17 pessoas, entre alunos, professores e funcionários do Colégio Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, em acidente ocorrido, no último dia 17, em trecho da BR-101, nas proximidades de Laranjeiras (SE). Valadares também solicitou a apresentação de condolências às famílias das vítimas e ao diretor do colégio, o monsenhor José Carvalho de Sousa.



Antonio Carlos Valadares cobra investimentos nas rodovias

- Em nome da Casa, da bancada de Sergipe e do PSB, apresentou este requerimento de voto de pesar pelo trágico acidente entre dois ônibus, um deles indo em direção a Pernambuco e o outro, a Aracaju, que vitimou 17 pessoas e deixou mais de 70 feridos - disse Valadares.

Segundo o senador, o local onde ocorreu o desastre, na rodovia que liga Aracaju a Maceió, é um dos trechos mais perigosos da BR-101. De janeiro a setembro deste ano, conforme re-

portagem do jornal *O Globo*, foram registrados 462 acidentes na área, com 178 feridos e 18 mortos.

Diante de estatísticas desse porte, Valadares cobrou mais investimentos na conservação das rodovias federais, de forma a reduzir o número de desastres e garantir mais segurança à população. "Ao mesmo tempo em que lamento o fato, enfatizo a necessidade de o governo Fernando Henrique investir nas rodovias e não se preocupar apenas com o pagamento da dívida", afirmou. O senador por Sergipe acredita que o próximo presidente irá dar prioridade à recuperação das estradas em situação precária no país.

Condolências à família do ex-ministro Amaury Silva

Foi aprovado ontem pelo Plenário requerimento do senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) que propõe voto de pesar e condolências à família do ex-senador e ex-ministro do Trabalho e da Previdência Social Amaury de Oliveira e Silva, que faleceu no último dia 17, em Curitiba (PR). Amaury de Oliveira e Silva tinha 78 anos e foi eleito senador em 1962, sendo nomeado no ano seguinte ministro do Trabalho e da

Previdência Social pelo então presidente João Goulart.

Amaury de Oliveira e Silva começou a vida política em Londrina (PR), na década de 50. Foi deputado estadual, eleito em 1954, senador em 1962 e ministro no ano seguinte. Em 1964 foi cassado pelo regime militar e exilou-se no Uruguai. Voltou ao Brasil com a anistia de 1979 e aposentou-se como procurador do Tribunal de Contas do Paraná, em 1983.



Waldeck Ornélas sugere que doações sejam deduzidas do Imposto de Renda

acordo com a proposta.

Ornélas propõe ainda que a não-execução total ou parcial do projeto nos prazos estipulados em seu cronograma obrigará a entidade beneficiada à devolução do valor do imposto que deixou de ser arrecadado e a responder criminalmente pelo descumprimento.

Eduardo aplaude instalação de escola técnica no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que a instalação da Escola Técnica Federal de Palmas (TO), que contou com empenho do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, é um fato importante para o desenvolvimento do estado e a formação de profissionais na área de tecnologia. Segundo o senador, já foi publicado este mês edital do concurso público para professor da escola, que contará com 50 vagas para um total de 20 disciplinas.

Para o senador, quem conhece Palmas fica impressionado com o prédio que comportará a nova unidade educacional, assim como sua localização privilegiada. Resalvou que a instituição será implantada e terá seus trabalhos orientados pelos profissionais do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR). A primeira fase do concurso está marcada para 15 de dezembro.



Eduardo Siqueira Campos: escola de Palmas fará concurso em dezembro

— O Cefet do Paraná existe há 90 anos e é considerado um centro de referência do ensino tecnológico, não só na Região Sul, mas em todo o país. Isso nos dá a certeza de que, mais do que prédios, equipamentos e laboratórios bem implantados, teremos uma escola técnica oferecendo ensino de qualidade, com política pedagógica que terá por objetivo educar dentro de um padrão de excelência, sempre com os olhos voltados para a evolução permanente — afirmou o senador.

Bandeira é símbolo de união, afirma Alcântara

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) saudou o Dia da Bandeira, comemorado terça-feira. A Bandeira, lembrou, é um dos símbolos nacionais, juntamente com o Hino, o Selo e o Brasão de Armas da República.

Alcântara traçou a história do “símbolo agosto da Pátria”, criado em 19 de setembro de 1822. Conforme afirmou, a Bandeira sofreu alterações com a troca da coroa real pela imperial, quando d. Pedro foi conclamado primeiro imperador do Brasil. Outra mudança ocorreu quando as armas do Império cederam espaço ao emblema republicano, em 1889. A Bandeira ainda sofreu outras modificações para que nela constassem os 26 estados e o Distrito Federal.

Lúcio Alcântara ressaltou também que a esfera da primeira Bandeira da República repro-



Lúcio Alcântara saudou o Dia da Bandeira, comemorado terça-feira

duz o céu da cidade do Rio de Janeiro. A posição da constelação do Cruzeiro do Sul, às 20h30 de 15 de novembro de 1889, dia da Proclamação da República, inspirou a posição das estrelas na Bandeira, destacou.

O senador disse ser de suma importância valorizar esse símbolo nacional para o povo brasileiro. “A Bandeira constitui fator de agregação nacional, quer por despertar em todos os brasileiros o forte sentimento de amor à pátria, quer por induzir à união.”

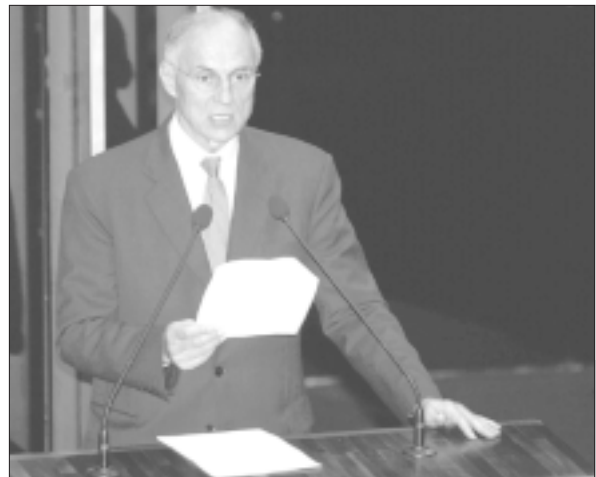
Suplicy quer extinção de foro privilegiado para autoridade

Conforme senador, fim da prerrogativa significa avanço no combate à corrupção e deve ser efetivado na votação da reforma do Judiciário

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem preocupação com o fato de se manter na Constituição o foro privilegiado para o julgamento dos gestores públicos que tenham cometido atos de improbidade administrativa. Em sua opinião, a extinção da prerrogativa significaria um avanço no combate à corrupção e deveria ser efetivada agora, durante a votação da emenda da reforma do Judiciário, que se encontra no Plenário.

Suplicy leu documento encaminhado pelas procuradoras da República Maria Luísa Duarte, Isabel Groba Vieira e Mônica Nicida Garcia em que apontam os riscos de manutenção do foro privilegiado.

De acordo com o texto, estender a prerrogativa para os casos de improbidade administrativa significa “chancelar um tratamento antiisonômico e anti-republicano e permitir um verdadeiro atentado à Constituição”. Ele solicitou



Eduardo Suplicy lembrou que STF está julgando reclamação feita pelo Executivo para manutenção do privilégio

à Mesa que o documento seja encaminhado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a todos os senadores.

SARDENBERG

Eduardo Suplicy destacou que “a questão é premente”, não apenas por causa da reforma do Judiciário, mas pelo fato de estar sendo julgada, no momento, pelo STF, reclamação feita pela União para que processo que corre na Justiça Federal de Brasília contra o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, seja extinto. Ele foi condenado ao ressarcimento

ao erário e à perda dos direitos políticos por oito anos pelo fato de ter utilizado indevidamente aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

O senador disse que o relator do pedido da União, ministro Nelson Jobim, argumenta que os agentes políticos não podem ser julgados pela Lei de Improbidade Administrativa porque já estão submetidos a regime especial de responsabilidade, previsto anteriormente pela lei que rege os crimes de responsabilidade.

Utilizando o documento das procuradoras, Suplicy contesta a alegação. Ele observa que, entre outras consequências negativas, o estabelecimento do foro privilegiado como prerrogativa de uma função pública “pode causar a frustração dos que entraram com o processo”, já que não se pode recorrer de decisão do STF.

— O foro privilegiado, nesses casos, significa um tratamento desigual e anti-republicano — afirmou.

Projeto de Mozarildo garante o direito de voto a detento

Os detentos cuja sentença ainda não transitou em julgado poderão ter assegurado o direito ao voto caso seja aprovado projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que prevê alteração no Código Eleitoral. A proposta aguarda decisão, em caráter terminativo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo a proposta, seriam instaladas seções eleitorais nos estabelecimentos prisionais que abrigassem detentos com sentença que não tivessem transitado em julgado em todas as instâncias judiciais.

Na opinião de Mozarildo, a pena acessória de cassação dos direitos políticos, aplicada a todos os condenados por infrações penais, “é injusta e irrazoável, além de não

contribuir para a ressocialização do preso”. Segundo afirmou, torna-se ainda mais grave a aplicação da sanção aos cidadãos cuja sentença não é ainda definitiva, já que, tecnicamente, eles não são culpados. Assim, disse, torna-se necessário que pelo menos os não definitivamente condenados possam exercer o direito ao voto.

Mozarildo aponta, ainda, outro argumento para alteração da Lei Eleitoral. De acordo com o senador, o tema da suspensão dos direitos políticos não é suscitado durante o processo penal. A medida é imposta, portanto, como pena acessória imediata e obrigatória. Assim, além de o acusado não poder se defender dessa sanção, nem o representante do Ministério Público nem o magistra-



Delito não faz do cidadão um inimigo da pátria, afirma Mozarildo Cavalcanti

do podem aplicá-la segundo cada caso.

O autor do projeto ressalta que o fato de um cidadão ter cometido um delito não faz dele inimigo da pátria nem o deixa incapaz de contribuir para a democracia no Brasil. Mozarildo acredita que a efetivação de sua proposta ampliará a representatividade dos entes públicos e aperfeiçoará a ordem jurídica brasileira.

Estrada ruim onera produção, alerta Freitas Neto

Conforme o senador, 38,8% das rodovias brasileiras são deficientes, ruins ou péssimas, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. A situação, disse, desestimula investimentos e causa enorme desconforto à população local

O senador Freitas Neto (PSDB-PI) denunciou ontem as péssimas condições em que se encontram as estradas do Norte e Nordeste do país. Ele também apelou ao futuro presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, para que ele cumpra a promessa de campanha de reduzir as desigualdades regionais de renda no Brasil.

Citando pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Freitas Neto disse que, das dez rodovias em melhores condições no país, nove cortam as regiões Sul e Sudeste, e apenas uma passa pelo Nordeste. Em contrapartida, frisou, das dez piores rodovias, só uma está no Sudeste. As demais atendem o Norte e o Nordeste.

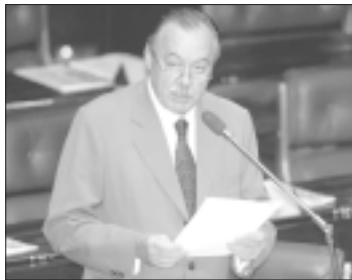
A pior de todas as estradas do Brasil, segundo Freitas Neto, é a ligação entre Teresina (PI) e Barreiras (BA), trecho que, em 1999, era o quinto pior, deteriorando-se drasticamente de lá para cá devido à falta de reparos.

Freitas Neto disse que 38,8% das rodovias brasileiras estão em estado deficiente, ruim ou péssimo, o que corresponde a 18.275 quilômetros, e que 40% das estradas (18.841 quilômetros) não são sinalizadas adequadamente. Além disso, 22% não possuem acostamento.

A situação das estradas nas regiões mais ricas é melhor até em razão de haver ali maior número de trechos privatizados, nos quais se cobram pedágios, quase sempre excessivos, comentou o senador, mas que propiciam recursos para manutenção. A precariedade das estradas no Norte e Nordeste, acrescentou, tem desestimulado investimentos e vem causando enorme desconforto à população usuária.

No entendimento do senador, o mau estado das rodovias onera muito a produção das regiões menos desenvolvidas e empobrece ainda mais as populações de menor nível de renda. Para ele, "só uma política coerente de investimentos" será capaz de resgatar a infra-estrutura local e dar condições de gerar mais renda e maior competitividade naquelas regiões.

As áreas mais pobres do país precisam ser tratadas com "discriminação positiva", como prevê a Constituição de 1988, disse.



A pior das estradas, segundo Freitas Neto, é a que liga Teresina a Barreiras

Posição	Ligação	BR	Nota
66ª	Manaus (AM) – Boa Vista (RR) – Pacaraima (RR)	174	3,02
67ª	Belém (PA) – Guarai (TO)	PA-150 – PA-287 – TO-335	2,96
68ª	Alta Floresta (MT) – Cuiabá (MT)	163 – 364/163 – MT-320	2,96
69ª	Maceió (AL) – Salgueiro (PE)	110 – 316 – 423 – BA-210	2,88
70ª	Belém (PA) – São Luís (MA)	316	2,85
71ª	Juazeiro (BA) – Salvador (BA)	324 – 407	2,83
72ª	Porto Velho (RO) – Rio Branco (AC)	364	2,80
73ª	Poços de Caldas (MG) – Lorena (SP)	459	2,55
74ª	Salvador (BA) – Paulo Afonso (BA)	110 – BA-093	2,54
75ª	Teresina (PI) – Barreiras (BA)	135 – 324 – 343 – PI-140	2,47

Ademir defende mais gastos na área social

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que existe grande número de brasileiros na faixa de indigência social e, por esse motivo, "é um bom sinal" o governo de Luiz Inácio Lula da Silva dar prioridade ao combate à fome. Segundo afirmou, o Banco Mundial estima que existem 15 milhões de brasileiros em condição de indigência, enquanto o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) calcula em 22 milhões. Já o Instituto da Cidadania informa que são 44 milhões, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 50 milhões.

– Em qualquer caso, os números são relevantes e demandam uma política mais firme e conseqüente para a solução do grave problema que a sociedade brasileira tem que enfrentar. Somos um país com grande potencial econômico, contras-

tando com indicadores sociais lastimáveis em termos de distribuição de renda e desigualdades sociais e regionais. É fundamental gastar-se no social e gastar bem, o que não tem sido a tônica da atuação do governo federal.

Ademir lembrou que, depois de fechar as contas do mês de setembro, o governo comemorou um superávit (receita superior à despesa decorrente do aumento da arrecadação ou de decréscimo dos gastos) de R\$ 6,6 bilhões, o que representou, praticamente, o atendimento da meta acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano. O superávit pri-



Superávit tem sido obtido às custas dos mais pobres, disse Ademir

mário do governo central acumulado até setembro foi de R\$ 29,9 bilhões. A meta para o ano de 2002 é de R\$ 30,1 bilhões. – Esse resultado extraordinário nas contas do governo está sendo alcançado às custas do povo brasileiro e, principalmente, da população mais pobre e necessitada. É criminoso manter dinheiro em caixa para mostrar força e austeridade a especuladores quando isso é feito em detrimento de repasses para programas que são de fundamental importância ao atendimento de demandas da população carente – disse.

Crise agrava discriminação, diz Francelino

Com base na pesquisa sobre desigualdade racial no mercado de trabalho, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o senador Francelino



Para Francelino, negros são mais prejudicados nas crises econômicas

Pereira (PFL-MG) afirmou que a discriminação racial se potencializa durante as crises econômicas. A pesquisa, disse, revela que o número de desempregados entre a população negra é maior que entre a branca.

No município de São Paulo, no primeiro semestre deste ano, a taxa de desemprego medida pelo Dieese atingiu 23,9% entre negros e 16,7% entre brancos, re-

latou. Na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), a taxa de desemprego entre homens negros é de 17,9% enquanto entre os brancos é de 12,8%, relatou.

Em relação às mulheres, prosseguiu, a situação é pior. O senador revelou que o desemprego atinge 22,4% das negras na região metropolitana de Belo Horizonte e 17,9% das brancas. Na região metropolitana de Salvador (BA), a pesquisa constatou que existe a maior desigualdade racial de todas as regiões metropolitanas do país, com o desemprego atingindo 21,9% dos homens negros e 32% das mulheres negras.

Francelino revelou ainda que a desigualdade racial também se

verifica nos rendimentos dos trabalhadores. Enquanto os brancos recebem em média 3,8 salários mínimos por mês, os negros ganham apenas dois. Entre a população parda, o valor cai para 1,8 mínimo, alertou.

Outro ponto da pesquisa destacado pelo senador foi a qualidade dos postos de trabalho. Segundo disse, a população negra fica com os postos mais vulneráveis e de baixa qualificação, não tendo carteira de trabalho assinada, atuando como autônomos ou como trabalhadores familiares.

– O quadro é agravado porque a pobreza cresce num ritmo maior que a capacidade de geração de emprego na economia. O Brasil tem uma renda *per capita* em torno de US\$ 4,3 mil e uma taxa de pobreza de 34%. É inexplicável que um país rico tenha 23 milhões de indivíduos vivendo em extrema pobreza.

Jucá destaca atuação esportiva de deficientes

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o desenvolvimento do paradesporto no Brasil só se tornou possível pela ação pioneira do associativismo, que deu os primeiros passos para garantir aos portadores de deficiência o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Jucá cumprimentou o trabalho da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas e saudou, particularmente, a publicação da revista *Toque a Toque*, "que contribui para melhorar a qualidade de vida do portador de deficiência, integrando-o totalmente à sociedade e permitindo-lhe exercer plenamente sua cidadania".

De acordo com Jucá, a *Toque a Toque* é a única publicação voltada para os paraolímpicos no Brasil e, por isso, tem feito tanto sucesso. Ele afirmou que, além de divulgar os resultados de campeonatos, a publicação traz artigos técnicos e científicos, que são fontes de pesquisa para alunos de Fisioterapia e Educação Física das principais universidades brasileiras.

REPRESENTAÇÃO

Jucá destacou a atuação da Associação Brasileira de Desportos em Cadeira de Rodas, fundada em 1984. Sem finalidade lucrativa, disse, a instituição foi criada a partir da constatação da necessidade de uma entidade que representasse atletas portadores de deficiência físico-motora, dentro e fora do país.

O senador informou que a associação sustenta-se com contratos e patrocínios diversificados, firmados com empresas privadas e governamentais, visando principalmente ao atendimento das necessidades dos atletas e de cada modalidade desportiva.

De acordo com o parlamentar, uma das grandes conquistas dos portadores de deficiência foi o acesso às práticas esportivas, "tão importantes para sua integração social como para a manifestação de verdadeiros talentos desportivos".

José Cruz



Olivir Gabardo pede ação efetiva do Ministério do Turismo e do Itamaraty

CNN deprecia Foz do Iguaçu, afirma Gabardo

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) protestou ontem contra “noticiário alarmante e totalmente infundado” da rede de televisão norte-americana CNN sobre a existência de células terroristas na região de Foz do Iguaçu (PR) e da Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai). A notícia, que citou fontes de inteligência internacionais e regionais, foi divulgada no dia 7.

O senador fez um apelo ao Ministério do Esporte e Turismo para que seja promovida uma campanha de esclarecimento ao público que permita revitalizar o turismo da região, prejudicado pelo noticiário “mentiroso”. Gabardo afirmou que o Ministério Público do Paraná já despachou ofícios para interpelar a CNN, exigindo que ela seja mais específica sobre a localização dos supostos campos de treinamento de terroristas, faça reportagens no local, apresente indícios concretos de suas alegações e ouça as autoridades brasileiras de Foz do Iguaçu sobre o tema.

Segundo o senador, o promotor de Justiça Luiz Francisco Marchioratto reivindicou o envolvimento direto da diplomacia brasileira na defesa de Foz do Iguaçu e de toda a região. “Compartilho esse ponto de vista: o Itamaraty deve atuar com pulso firme para que o noticiário alarmista da imprensa estrangeira não continue a prejudicar a região”, disse.

Nem mesmo o Departamento de Estado norte-americano deu importância ao noticiário da rede, divulgando nota em que alerta para a necessidade de “não se exagerar a natureza da ameaça”, informou Gabardo. Ele garantiu conhecer bem a região e assegurou que ela é “uma terra de todas as gentes onde não medra a semente do terrorismo”.

Depoentes dizem à CPI que ONGs prejudicam interesses indígenas

Comissão parlamentar de inquérito que apura irregularidades na atuação de organizações não-governamentais ouve representantes de três associações de índios de Roraima

Os três depoentes que compareceram ontem à reunião da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) denunciaram a existência de entidades em Roraima que, apesar de se apresentarem como defensoras dos indígenas, trabalham contra seus interesses. Eles afirmaram que a Igreja Católica e organizações internacionais estão por trás dessas entidades, que impedem o desenvolvimento dos índios da região.

A principal entidade acusada pelos depoentes, representantes de associações de índios de Roraima, é o Conselho Indígena de Roraima (CIR), apoiado pela Igreja Católica. O diretor da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiurr), cacique Silvestre Leocádio, disse que a Igreja busca, com o seu trabalho, isolar os índios da sociedade. Para isso, acrescentou, organizações, geralmente comandadas por padres, manipulam os índios para que expulsem agricultores das terras, promovendo a queima de pontes e a derrubada de torres de comunicação.

— A Funai (Fundação Nacional do



Mozarildo Cavalcanti, presidente da CPI das ONGs, com os representantes indígenas Silvestre Leocádio, Gilberto Macuxi e Anísio Pedrosa Lima

Índio) e a Igreja não querem que o índio se desenvolva. O índio quer ter seu carro, quer se vestir bem. Queremos políticas públicas para o desenvolvimento, queremos plantar. Hoje estamos dentro da sociedade e não há mais como dividir — observou Leocádio.

CONHECIMENTO

O representante da Associação Regional Indígena do Rio Kino Cotingo Monte Roraima (Arikon), Gilberto Macuxi, acusa o CIR de impedir que os índios tenham acesso ao conhecimento, para se aproveitar de sua “inocência”. Ele sugeriu ainda que há interesses internacionais por trás do discurso da Igreja,

que não beneficia as comunidades. Ele alertou para o risco de haver a homologação, pelo governo federal, da área indígena Raposa/Serra do Sol, que, na sua opinião, vai levar a um grande conflito na região.

— Não queremos expulsar ninguém. Queremos a permanência das vilas e dos produtores de arroz. Não queremos mais padres, que empatam o desenvolvimento na nossa área — disse o índio Macuxi.

Segundo ele, as ações da Igreja levaram os índios ianomâmis, que estão protegidos em uma grande reserva no estado, a viver em situação de miséria, pedindo roupas e vivendo do lixo nas cidades. Por

outro lado, o Macuxi afirmou que, na área em que vive, os índios estão criando gado e vão inclusive colocar produtos no mercado.

Na opinião do diretor da Aliança de Integração e Desenvolvimento das Comunidades Indígenas de Roraima (Alicidir), Anísio Pedrosa Lima, a demarcação de terras e o isolamento dos índios não resolvem os problemas. Ele também citou os ianomâmis como exemplo, pois, na sua opinião, os índios dispõem de uma grande área, com potencial para fazer com que as comunidades prosperem, mas o que se vê é o contrário.

— As diretrizes da Funai impedem qualquer possibilidade de desenvolvimento sustentável para as comunidades. Isso está errado. O povo precisa de liberdade para avançar e ajudar no desenvolvimento econômico do país — declarou à CPI.

Os depoentes assinalaram ainda que ONGs que dizem tratar da saúde dos índios recebem recursos públicos, da Fundação Nacional de Saúde, mas se recusam a prestar atendimento a alguns índios, em uma atitude discriminatória.

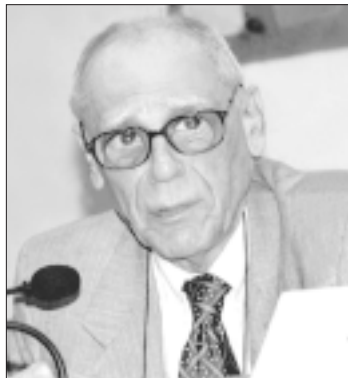
Senadores criticam entidades que procuram isolar os índios

Após tomar o depoimento de três representantes de associações de índios de Roraima, o presidente da CPI das ONGs, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), declarou que a comissão está conseguindo comprovar que muitas organizações não-governamentais têm problemas que precisam ser investigados. Ele anunciou que a CPI vai apresentar sugestões para punir as irregularidades e corrigir distorções.

O senador Bello Parga (PFL-MA), que substituiu, na reunião, a relatora da comissão, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), criticou a atuação de entidades que promovem o isolamento dos índios e evitam que o desenvolvimento chegue às comunidades indígenas.

— A integração do índio à sociedade brasileira não pode ser retardada — reclamou Bello Parga.

Na opinião do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), os depoimentos tomados pela CPI demonstram a realidade da Amazônia. O



Bello Parga: “A integração do índio à sociedade brasileira não pode ser retardada”



Mestrinho: “O índio quer se integrar, quer ser visto como igual, como cidadão, com direitos e deveres”

senador identifica a existência de um grande grupo de pessoas que têm como profissão a defesa dos índios e são pagas com recursos estrangeiros. Essas pessoas, disse, induzem o governo federal e o poder público a iniciativas contrárias à vontade dos próprios índios.

— Essas organizações cometem crimes contra os índios. O índio quer se integrar, quer ser visto como

igual, como cidadão, com direitos e deveres. Quer desfrutar dos benefícios da sociedade em vez de ser visto como mico de circo — afirmou Mestrinho.

Mozarildo Cavalcanti reclamou da ausência do representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Jacir José de Souza, que enviou atestado médico informando da impossibilidade de seu compa-

recimento. Essa, disse Mozarildo, é a segunda vez que o CIR não comparece a uma CPI.

NOVOS DEPOIMENTOS

Na próxima reunião, marcada para terça-feira, a CPI vai tentar, mais uma vez, o depoimento de Alexandre Paes dos Santos, da APS Consultores & Associados. Caso ele não compareça, Mozarildo já determinou que a CPI tome as providências necessárias para garantir que seja trazido, até mesmo por um oficial de Justiça. Ele deve depor sobre o caso que envolve a multinacional de medicamentos Novartis e a ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan).

A comissão também vai ouvir o presidente da Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Sérgio Haddad. Essa deve ser uma das últimas reuniões para tomada de depoimentos. O prazo para a apresentação do relatório final da comissão é 15 de dezembro e não pode ser prorrogado.

Senadores prestam homenagem ao Líbano

Sessão comemorativa dos 59 anos de independência daquele país reuniu parlamentares descendentes de libaneses e diversas autoridades. Discursos enaltecem os esforços de reconstrução e o espírito de paz de seu povo

A presença libanesa no Brasil e a luta pela reconstrução do Líbano foram destacadas ontem em sessão solene do Senado comemorativa aos 59 anos da independência da República do Líbano. Compareceram à solenidade, presidida pelo senador Ramez Tebet, o embaixador do país homenageado, Ishaya El-Khoury, e sua esposa Aida, além de outros embaixadores e autoridades eclesiásticas.

O orador da sessão foi o senador Lindberg Cury (PFL-DF), que começou seu discurso com a frase “É preferível ser o último dos homens, mas com sonhos e o desejo de realizá-los, do que ser o primeiro, porém sem sonhos e nem desejos”, do poeta Gibran Kalil Gibran. Em seguida, falou da chegada dos primeiros cidadãos daquele país ao Brasil, há cerca de 200 anos, e observou que o Brasil tem a maior colônia de libaneses e descendentes de todo o planeta: mais de sete milhões, número maior do que a população do Líbano, hoje em torno de 3,5 milhões de habitantes.

O senador referiu-se à história do Líbano, lembrando que ela remonta a vários séculos, a partir dos fenícios, três mil anos antes de Cristo, citando os anos de luta, ocupação e domínio da região por outros povos, principalmente os turcos, até chegar a 1943, quando foi declarada a independência do país. Lindberg registrou ainda que o Líbano hoje é uma república parlamentarista e que, apesar de sua independência, é um país ocupado por forças não-libanesas. “As liberdades, das quais sempre foi grande defensor, vêm-lhe sendo subtraídas progressivamente”, observou.

DESIGUALDADES

Ainda segundo Lindberg, “a trágica evolução dos acontecimentos no Oriente Médio reflete, em grande medida, a crise moral de um tempo marcado pelo aumento das desigualdades, pelo retorno da intolerância, pelo afloramento de concepções extremistas e pelo constante estado de beligerância”. Tudo isso, acrescentou, afeta de forma especial o Líbano, cujo povo “permanece oprimido pelos interesses de paí-

ses que não compartilham sua história ou seus valores”.

Lindberg citou os senadores descendentes, como ele, de libaneses – Tebet, Pedro Simon (PMDB-RS), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Paulo Souto (PFL-BA). Em aparte, Edison Lobão (PFL-MA) observou que, embora se trate de uma nação milenar, só há poucos anos conquistou a sua independência. Por sua vez, Simon destacou o “milagre fantástico da reconstrução” do Líbano e disse sonhar com um país onde haja liberdade.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) afirmou que os libaneses não indicam caminhos nem mostram soluções que não sejam os da paz, e o senador Francelino Pereira (PFL-MG) comentou que sua esposa, Latife, é descendente de libaneses, destacando o papel que ela teve na família.

Último senador a apartear Lindberg, Olivir Gabardo (PSDB-PR), disse que o povo libanês, apesar

do sofrimento, tem tido a grandeza de demonstrar um espírito aberto, que propugna pela paz. Romeu Tuma (PFL-SP), um dos que requereram a sessão solene,

não compareceu à homenagem por estar fora de Brasília, presidindo reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Roubo de Cargas.

Tebet destaca importância dos laços com Brasil

Ao encerrar a sessão solene comemorativa ao aniversário da independência do Líbano, o presidente do Senado, Ramez Tebet, que é filho de libaneses, afirmou ontem que sua vida tem sido um rosário interminável de graças que Deus lhe tem concedido, e que o ensejo de presidir a solenidade era mais uma delas.

– É uma oportunidade feliz de abraçar todos os libaneses do Brasil e do mundo, de festejar os 59 anos daquela pátria, que ainda luta por liberdade, autonomia e autodeterminação – disse.

Tebet acrescentou que o Brasil jamais deixará de prestar ajuda ao Líbano em sua luta contra toda e qualquer forma de dominação. Ele observou, ainda, que o Parlamento brasileiro é constituído de, aproximadamente, 10% de descendentes de libaneses. E informou que de-

verá viajar àquele país nos próximos dias.

– Será talvez o toque de emoção maior da minha vida. É com um toque de sentimento que vivem libaneses e seus descendentes. Eles têm como grande valor

o amor à família e o desejo de bem educar seus filhos.

Tebet parabenizou os libaneses pelos 59 anos de independência do país, afirmando que esse povo sempre deu exemplo inestimável de força.



Orador da sessão, Lindberg (no destaque) destacou a relevância da colônia libanesa no Brasil, maior que a população do país de origem



Demonstrando emoção ao encerrar a homenagem, Tebet observou que 10% dos parlamentares brasileiros são, como ele, descendentes de libaneses

Libaneses são maioria dos árabes no Brasil

Os libaneses respondem por cerca de 70% dos imigrantes árabes no Brasil, entre outras nacionalidades como egípcios, palestinos e sauditas. A imigração começou no fim do século 19, após visita do imperador dom Pedro II ao Líbano, na época um território conhecido como Grande Síria, que englobava os atuais Líbano, Síria e parte da Jordânia sob o domínio turco-otomano. Até 1920, o principal motivo da imigração era a falta de perspectivas econômicas e a oposição ao governo turco. Também no Líbano os laços com o Brasil transparecem, em especial no leste do país. A comunidade brasileira naquele país, formada quase totalmente de binacionais libano-brasileiros, é estimada em 6 mil pessoas.

Fonte: Embaixada do Líbano

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet e Lindberg Cury